

VIVIANE GOUVÊA

EXTERMINÍO

DUZENTOS ANOS DE UM ESTADO GENOCIDA

VIVIANE GOUVÊA

EXTERMINÍO

DUZENTOS ANOS DE UM ESTADO GENOCIDA

Copyright © Viviane Gouvêa, 2022
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2022
Todos os direitos reservados.

PREPARAÇÃO: Mariana Cardoso
REVISÃO: Fernanda Guerriero Antunes e Valquíria Matioli
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Nine Editorial
CAPA: Luciana Fachinni

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Gouvêa, Viviane

Extermínio: Duzentos anos de um Estado genocida / Viviane Gouvêa.
– São Paulo: Planeta do Brasil, 2022.
256 p.

ISBN 978-65-5535-828-5

1. Brasil – Governo – Violência - História 2. Brasil – Estado – Repressão
3. Perseguição política – Brasil 4. Escravidão - Brasil I. Título

22-2894

CDD 320.0981

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil – Governo – Violência - História



Ao escolher este livro, você está apoiando o
manejo responsável das florestas do mundo

2022
Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.
Rua Bela Cintra, 986, 4º andar – Consolação
São Paulo – SP – CEP 01415-002
www.planetadelivros.com.br
faleconosco@editoraplaneta.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. UMA FLORESTA EM CHAMAS	16
2. <i>CHUTA QUE É MACUMBA</i>	38
3. OS MALTRAPILHOS IRREDUTÍVEIS DE CANUDOS	62
4. CHIBATA A BORDO	84
5. A DEVASTADORA TRAGÉDIA DOS <i>BONS SELVAGENS</i>	108
6. ENTRE FÁBRICAS E FUZIS, DEMOCRACIA DE FAZ DE CONTA	138
7. NO SILÊNCIO DO CAMPO: ONDE A MORTE FAZ A CURVA	170
8. NO BARULHO DA CIDADE: QUANDO A MORTE SOBE O MORRO	204
BREVE INCONCLUSÃO	229
AGRADECIMENTOS	237
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	239

01

UMA FLORESTA EM CHAMAS

“[...] todos os padres que comandam e quase todos os juizes de paz, desenganados de nenhuma punição dos réus, fazem todas as diligências para que [estes] morram antes que possam ser presos, e só dão parte de que morreram resistindo. Este ódio recíproco vai ganhando tanta força que já é preciso muita escolha para mandar qualquer diligência, pois que todos se julgam autorizados para matar cabanos [...]”

Soares d'Andrea¹

- 1 Trecho de correspondência oficial assinada pelo marechal Soares d'Andrea em 1837, cuja reprodução se encontra na página 33. O militar português Francisco José de Sousa Soares d'Andrea foi presidente das províncias do Grão-Pará, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Bahia nas décadas de 1830 e 1840. Massacrrou cabanos e farroupilhas (como eram chamados os revoltosos na Guerra dos Farrapos, entre 1835 e 1840), derrotando as duas revoltas.

As revoltas locais que eclodiram na primeira metade do século XIX – seja durante o governo de D. Pedro, seja durante o período regencial, iniciado com sua virtual *expulsão* do Brasil em 1831² – foram minimizadas ou como levantes locais típicos de períodos instáveis ou como elementos perturbadores da jovem nação brasileira, movimentos *separatistas* que ameaçavam a integridade nacional. Essas narrativas se perpetuaram ao longo dos dois séculos seguintes, e, embora venham sendo desconstruídas pelos historiadores e cientistas sociais há décadas, marcaram a imagem que o brasileiro tem de si mesmo e ajudaram a construir o mito do brasileiro cordial.

Uma das regiões mais distantes do poder central sediado na corte do Rio de Janeiro, a província do Grão-Pará (que reunia, *grosso modo*, o que hoje são os estados do Amazonas e Pará), com capital em Belém, apresentou distúrbios sociais e levantes desde a chamada independência, em 1822, até o fim do período regencial, em 1840. A Cabanagem, a revolta dos *tapuios*, transcorreu entre 1835 e 1840, e dizimou entre um quarto e um terço da população local.

UM CANHÃO ACESO, UM COMANDANTE INGLÊS E MAIS DE 250 MORTOS EM UMA PRESIGANGA³

Amarrar um padre à boca de um canhão aceso seria apenas o primeiro de muitos disparates perpetrados por um moleque de 23 anos que servia à Marinha britânica e, ocasionalmente, como sociopata de aluguel do governo imperial brasileiro naquele outubro de 1823. Cinco soldados rebeldes já haviam sido sumariamente fuzilados no Largo do Palácio do Governo, em Belém, capital da Província do Grão-Pará – mas esse tipo de incidente se tornou cotidiano no contexto dos embates políticos na região Norte.

O inglês John Grenfell (o moleque sociopata) acompanhava o almirante Thomas Cochrane, oficial expulso da Marinha britânica em 1814,⁴ e acabou por oferecer seus serviços de mercenário a variados movimentos de indepen-

2 D. Pedro abdicou do trono em 7 de abril de 1831, em consequência de pressões extremas e dissensões irreconciliáveis, o que deixou o imperador sem apoio para governar.

3 Navio transformado em prisão, comum no século XIX.

4 Cochrane seria perdoado pelo rei inglês anos depois.

dência na América do Sul, e na Grécia, na luta contra o Império Otomano. Não vamos nos ater à biografia de figuras tão nefastas, mas apenas aos atos que Grenfell realizou e que lhe custaram uma ordem de prisão na província do Grão-Pará. Naturalmente ele conseguiu se evadir e, depois, seria eximido de seus crimes pelo Conselho de Guerra no Rio de Janeiro.

A província do Grão-Pará foi a última a aderir formalmente à independência estabelecida em 1822, por razões diversas: a enorme distância da corte do Rio de Janeiro, instabilidade e disputas locais de poder, a improvável identificação com um projeto político gestado no Centro-Sul, conexão com projetos políticos lusitanos... As causas são inúmeras e complexas, e, desde então até o triste final da Cabanagem, os levantes e revoltas passaram a dar o tom da política local, espalhando-se, em especial, por todo o interior da província. Em outubro de 1823, em meio às lutas que determinariam a adesão da província ao recém-país independente de nome Brasil, a região passava por período de descontrole de causas endógenas.⁵ A situação expôs as polarizações na política local e sua incapacidade de encaminhar as divergências para soluções institucionais. Um aspecto peculiar da província e catalisador de conflitos foi a presença maciça de uma população de origem indígena, mão de obra disputada e extremamente vulnerável, que, no entanto, também traçava suas próprias estratégias de ocupação do espaço e, muitas vezes, integrava milícias locais que forneciam braços para as tropas oficiais.⁶

A insubordinação dos soldados locais já era notória; mais do que isso, havia uma concepção muito própria (e anterior a 1822) do que seriam liberdade e cidadania. Não é difícil perceber que para um oficial, fidalgo ou político vindo da corte (ou de outras cidades mais ao sul) lidar com um bando de mestiços que se consideravam cidadãos representava no mínimo um susto – no máximo, um despautério.

5 Segundo Brito, “A consolidação do projeto de Estado livre e soberano que emanava do Rio de Janeiro se encontrava dependente de duas importantes necessidades: a primeira, a de angariar alianças no interior do intrincado jogo político da província; a segunda, estimular esses grupos a fortalecer a estrutura militar em toda a vasta e diversificada província, estendendo-se até o Rio Negro” (BRITO, 2015, p. 129-154).

6 Brito continua: “Essa realidade colocava uma questão central para esses homens alistados nas milícias locais, voltados para a cidadania que entendiam possuir, já que se viam como brasileiros que tinham por obrigação participar da construção política e social da nova nação independente” (*ibidem*).

Em outubro de 1823, os embates locais refletiam a discordância de posicionamento em relação às novas formas de administração pública e como esta se daria vis-à-vis o novo poder central localizado na corte do Rio de Janeiro em torno de D. Pedro. Irredutível em relação à amplitude do seu poder, em novembro o jovem imperador acabaria por dissolver a nossa primeira Assembleia Nacional Constituinte, instalada em maio daquele ano para elaborar a Carta máxima do novo país – na qual, aliás, a província do Grão-Pará não se fez representar.

Na noite de 16 de outubro, um grupo de soldados do 2º Regimento de Artilharia de Belém, do Grão-Pará, continuou os ataques a estabelecimentos comerciais portugueses iniciados na noite anterior. Muitos expressavam também sua revolta diante da possibilidade de que a Junta Governativa escolhida pelos locais fosse derrubada em favor de nomes pró-imperador. Pessoas comuns, homens do povo, juntaram-se a eles em um movimento de rebelião difusa contra os antigos colonizadores (que ainda concentravam em suas mãos boa parte dos mecanismos de exercício de poder local), contra os poderosos, contra e a favor do imperador. Incapazes de conter os ânimos exaltados, os soldados, a mando do poder constituído, recorreram à força naval enviada por D. Pedro para garantir que sua autoridade fosse reconhecida e que a Junta Governativa Provisória⁷ empossada em agosto os apoiasse. O comandante dessas forças navais estacionadas nas águas de Belém era ninguém menos que o moleque do parágrafo lá atrás, Grenfell. Como ele era um rapaz *eager*, desembarcou naquela mesma noite, prendeu aqueles que se encontravam em atos de insubordinação à deriva pelas ruas, tão tarde em uma noite rica, fuzilou sumariamente cinco soldados (já na manhã do dia 17), amarrou o padre reclamão ao canhão e recolheu à cadeia pública 256 indivíduos, em sua maioria soldados, mas também muitos civis livres de Belém. No dia 20,

7 As Juntas Governativas Provisórias de Governo, também chamadas de Juntas do Governo Provisório, foram criadas a partir de 1821 em substituição aos capitães e aos governadores das capitanias. Entretanto, tanto o Grão-Pará quanto a Bahia tiveram suas Juntas antes do decreto que estabelecia a existência dessas províncias, editado em setembro de 1821. Sua criação deu-se no contexto das revoltas liberais ocorridas em Portugal, que lutavam por reformas que ampliassem a participação de outros grupos (além da tradicional nobreza) na gestão do Estado. A lei de 20 de outubro de 1823 extinguiu as Juntas, e determinou que as províncias fossem governadas por representantes (presidente e conselho) diretamente nomeados por D. Pedro. Essa mostra de despotismo imperial causou problemas graves não apenas no Grão-Pará, mas também em outras regiões, em especial Pernambuco e Ceará, sendo o estopim para outra revolta: a Confederação do Equador.

foram transferidos para o brigue São José Diligente (o navio funcionava como presiganga e também era conhecido como Palhaço) comandado pelo primeiro-tenente Joaquim Lúcio de Araújo.

Gostaria de poder dizer *o resto é história*. Infelizmente não posso, pois essa tragédia brasileira é pouco conhecida, assim como a própria revolta Cabanagem, levante que começaria doze anos depois no Grão-Pará. Esses temas foram abordados quase vagamente em sala de aula e desconhecidos pela indústria cultural, apesar do enorme potencial dramático deles; apenas a partir do último quartel do século XX foram *retomados* pela academia.

Na manhã de 21 de outubro de 1823, 252 corpos enegrecidos e malcheirosos foram retirados da presiganga. A explicação oficial deslavada dava a morte dos prisioneiros como consequência do tumulto causado na embarcação pelos próprios homens aprisionados em um espaço pequeno e asfixiante. Agitados e cada vez mais apavorados, eles teriam pisoteado uns aos outros e sufocado, ou seja, vítimas culpadas pela própria desgraça.⁸ Mas a razão era outra. Eis o que aconteceu de acordo com a devassa instaurada no ano seguinte.

Na noite de 20 de outubro de 1824, duzentos e cinquenta e tantos presos, vindos de diversos cárceres, foram conduzidos a bordo do navio São José Diligente, amarrados, sob direção do comandante do brigue Maranhão, João Pascoal Grenfell. Foram levados para o porão do navio onde, após cearem, pouco depois das 20h, dominados por uma sede incontável, começaram todos a gritar pedindo água, que foi fornecida. Porém, esta parecia não aplacar a sede; ao contrário, ânimos cada vez mais exaltados, em desespero crescente, os presos começaram a cair ao chão, mortos. Pelo menos uma vez o alçapão de acesso foi aberto para que uma carga de tiros fosse dada, matando ao menos vinte pessoas. Na manhã seguinte, os corpos foram retirados do navio, 252 ao todo, além de quatro aterrorizados sobreviventes. Os cadáveres encontravam-se de tal forma enegrecidos que não se distinguiam negros e brancos; o cheiro insuportável empestou o cais.

Os testemunhos diretos permitiram a reconstituição do planejamento de toda aquela desgraceira, e a devassa mostrou que era público e notório que os presos haviam sido envenenados com água forte (ácido nítrico) ou, mais possivelmente, rosalgar (enxofre), fornecido pelo boticário João Clamopim

8 Spoiler: em outros capítulos deste livro, trabalhadores rurais e urbanos no século XX também serão acusados da mesma coisa.

para o tenente Joaquim Lúcio de Araújo por ordem do então presidente da Junta Governativa, Coronel Geraldo José de Abreu, todos portugueses. Tivemos bons professores. Testemunhas também afirmam que esses homens se reuniram a bordo do navio Maranhão para subornar Grenfell de forma que este providenciasse ou permitisse o assassinato dos presos.

Os poucos sobreviventes foram ameaçados de morte pelo tenente Joaquim Lúcio de Araújo, mas conseguiram contar sua história no ano seguinte, quando se realizou uma devassa.

Mais de 250 pessoas morreram em agonia enquanto encontravam-se sob custódia do Estado. Foram envenenadas de forma premeditada, sem chance de defesa e por meios cruéis. Técnica e atualmente falando, 252 homicídios triplamente qualificados. Apesar de a devassa apontar três culpados, nenhum deles foi preso. Mesmo que consideremos que, na época, havia intensa disputa por esse Estado entre brasileiros e portugueses, a prática de obliteração do inimigo de forma tão resoluta e premeditada assusta.

Parte dessa devassa, com a descrição crua dos acontecimentos, encontra-se nas páginas 35 a 37.

O massacre não integrou o movimento dos cabanos nem ocorreu em um contexto de disputa pelo poder político, mas a lógica da violência desmedida, exemplificadora e extremamente destrutiva apresentou-se com clareza no episódio do São José Diligente e faria escola na repressão à Cabanagem; a tragédia foi um prólogo para o desastre que se seguiu mais de dez anos depois.

ESTADO DE QUIETAÇÃO

*[...] nenhum acontecimento notável tem perturbado a ordem pública, a qual permanece no mesmo estado de quietação em que então existia [...].*⁹

Assim o presidente da província, Bernardo Lobo de Sousa – de apelido O Malhado –, descrevia o ambiente na província que governava, o Grão-Pará, em 22 de dezembro de 1834, duas semanas antes de ser assassinado no combate que deu início à revolta dos cabanos, Cabanagem, fazendo-nos lembrar um

9 Belém, 24 de dezembro de 1824. IJl 786. Série Justiça. Arquivo Nacional.

pouco a famosa lenda segundo a qual o rei George III da Inglaterra escreveu em seu diário que nada de relevante ocorrera em 4 de julho de 1776, o dia em que os Estados Unidos se declararam independentes do Reino Unido.

Infelizmente, o movimento não tem sido estudado com o afincio que merece, despertando ainda um interesse basicamente regional.¹⁰ A historiografia mais recente tende a apresentar a Cabanagem como um movimento essencialmente popular, uma insurgência de pobres (e, no caso do Grão-Pará, uma população não branca livre mais numerosa do que em outras províncias) contra manifestações de poder que percebiam como nefastas tanto do ponto de vista econômico quanto político, ou seja, sua defesa não se limitava aos meios de sobrevivência – o cultivo da terra ou a propriedade dos estabelecimentos comerciais –, embora essa defesa fosse primordial. Com uma concepção de cidadania muito própria construída ao longo dos anos de embates na província, apropriando-se dos conceitos em voga como legitimidade, liberdade e pátria, muitos daqueles que se envolveram na guerra tinham uma noção mais ou menos clara sobre a que tipo de poder desejavam responder.

Como primeiro capítulo de um livro chamado *Extermínio*, que busca apresentar as atrocidades cometidas em nosso país sob a égide e o elogio da ilegalidade oficial, trazendo à luz as palavras mais claras possíveis para demonstrar a perversidade constante e autoadulatória das nossas elites e seus governos, o foco da narrativa deve se ater a determinados aspectos dos acontecimentos narrados.

Quem eram os *cabanos*, as pessoas que levaram a revolta a cabo? Só para começar, jamais se identificaram com essa alcunha, inicialmente pejorativa e imputada por militares brancos que buscavam apontar um inimigo, e não os atos criminosos em si – prática comum que será abordada outras vezes ao longo do livro. Muitos eram partidários dos Filantrópicos¹¹ e assim se reconheciam.

Os cabanos eram uma população de origem africana, cativa, fugida ou livre; brancos pobres que se ressentiam da insistência com que portugueses

10 De forma geral, a historiografia clássica não se debruçou com afincio no estudo da Cabanagem. Ela “é vista [...] como um fator importante para o momento histórico que está sempre agrupada aos outros movimentos pós-independência sem uma maior investigação sobre seu significado”. Ver SANTOS, S. C. dos. *Cabanagem: crise política e situação revolucionária*.

11 O Partido Filantrópico agregava brasileiros com tendências federalistas, opunha-se aos “caramurus”, como eram chamados os portugueses que não conseguiam desapegar da sua posição de metrópole, e ainda sonhavam com o retorno de D. Pedro.

monopolizavam as vias de comércio, os quais se viam obrigados a recorrer para escoar sua modesta produção de peixes e outros produtos; e *índios*, muitos *índios*, já não mais aldeados, talvez, mas moradores dos arredores das vilas e cidades e lavradores de pequenas propriedades. A estagnação econômica era percebida como resultado da inadequada e anacrônica predominância de portugueses no comércio local, e, desde a independência, a luta para dar um ponto-final a essa dominação causava levantes ocasionais. Os focos irredutíveis de rebelião espalhavam-se muito mais no interior da província (Acará, Alenquer, Monte Alegre, Rio Negro, Barcarena) do que na capital, Belém.

Havia, no entanto, outra dimensão a alimentar o conflito latente. Se os levantes e combates locais refletiam disputas de poder entre grupos diversos, também tinham raízes na deterioração do relacionamento entre a província e a corte, percebido como nefasto e prejudicial, inclusive por parte da elite local – que se considerava brasileira e de onde saíam alguns líderes do movimento. O interesse dos cabanos não era a manutenção de vínculos com a antiga metrópole, já que não necessariamente desejavam a anexação a um nascente Império que para eles pouco significava. Uma particularidade da região apresentava-se na forma com que lideranças locais, que tanto haviam lutado contra o persistente colonizador português quanto resistiam ao distante poder central do Rio de Janeiro, ancoravam-se em milícias espalhadas no interior da província, onde muitos deles, aliás possuíam fazendas.

O padre amarrado à boca do canhão pelo sociopata inglês era João Batista Gonçalves Campos. Na época do massacre do São José Diligente, ele havia sido eleito pelos seus pares para a junta governativa local e só foi salvo por causa da intervenção de outros membros e de cidadãos de Belém. Cônego, fazendeiro e jornalista, exercia uma liderança incontestada, com seus discursos inflamados e uma atuação dinâmica por toda a província. Foi redator de dois jornais locais nas décadas de 1820 e 1830: *O paraense* e *O publicador amazonense*, ambos fundados pelo liberal Felipe Patroni.

Nascido em 1782 em Barcarena, em 1834 o padre panfletário já havia sido preso, cassado, perdoado pela Regência e, incansável aos 52 anos, às portas da rebelião que não chegou a liderar, encontrava-se em campanha aberta contra O Malhado. A província vinha enfrentando problemas sérios de legitimidade de governo desde anos anteriores: em 1831 *caramurus* tentaram depor o então governador Machado de Oliveira, logrando apenas depor e prender seu vice

– justamente o cônego Batista Campos. Em 1832, Machado é destituído e a Regência entrega o cargo a Lobo de Sousa, precedido de uma péssima fama.

Já na redação de *O publicador amazonense*, consta que Batista Campos e seus colegas, como o jornalista Vicente Ferreira de Lavor Papagaio, distribuíam panfletos críticos nas residências e comércios, e também liam para o povo. Segundo Sandra Costa,

os jornalistas começaram a fazer um trabalho de boca a boca com a população, relatando os desmandos, a importância da deposição de Lobo de Sousa e da implementação de um novo modelo político no poder. O jornalista acusava Lobo de Sousa de não ter vínculos diretos com a província e, por isso, não poderia continuar governando como presidente.¹²

Desde 1831 o governo central determinava o *apaziguamento* no interior do Pará. Debalde. Nem mesmo o intrépido e intratável Lobo de Sousa deu um jeito na rebelde província, já que a perseguição implacável aos seus inimigos só fez exaltar os ânimos. Os cabanos vinham de várias classes sociais: do fazendeiro Clemente Malcher aos lavradores da família Vinagre, passando por Eduardo Angelim, jovem imigrante do Ceará, e o próprio padre Batista, e tinham em comum a popularidade entre os locais e a capacidade de arregar tropas. Não foi à toa que a fazenda de Malcher, no Acará, se tornou o centro onde os cabanos passaram a se organizar. E foi lá que o padre Batista se refugiou, após uma primeira investida fracassada em Belém, em 1834. A despeito do envio de tropas por parte de Lobo de Sousa, os rebeldes continuavam a se esquivar floresta adentro.

A morte dramática e aparentemente fortuita do padre Batista Gonçalves (consta que um corte no rosto inflamou, agravando-se a situação em consequência das condições precárias dos combatentes em fuga) perto do Ano-Novo, em fins de 1834, consternou os paraenses e serviu de estopim para a revolução.

No Dia de Reis de 1835, enquanto a cidade de Belém do Grão-Pará festejava o dia santo, centenas, quicá milhares de guerreiros, em grande parte *tapuias*, preparavam-se para a guerra, embrenhados na floresta que cercava a cidade. Lobo de Sousa demorou a perceber as dimensões da inquietação local, e à

12 SANTOS, S. C. dos, *op. cit.*

noite a cidade se transformou em um campo de batalha; o ódio acumulado e direcionado aos portugueses explodiu e deixou rastros de sangue.

Não há um consenso acerca do desenrolar dos fatos naquela noite notável. Diz-se que Lobo de Sousa foi preso e executado pelas forças de Clemente Malcher; mas também há relatos de que ele foi simplesmente alvejado por um tapuia nas cercanias do Palácio do Governo, já ao alvorecer; ou alegam que seu corpo foi vilipendiado e arrastado pelas ruas de Belém. O certo é que, após o banho de sangue da noite de Reis, ao amanhecer do festivo Dia de São Tomé, muitas pessoas estavam mortas, inclusive e, principalmente, três ilustres figuras representativas de tudo aquilo que os cabanos odiavam: o presidente da província, Bernardo Lobo de Sousa; seu comandante das armas, Joaquim José da Silva Santiago; e o comandante do porto e esquadra da Marinha Imperial, James Inglis (mais um *pirata* britânico de aluguel).

Maior e, de certa forma, mais bem-sucedida rebelião popular da nossa história, a Cabanagem foi um movimento que contou com maciça participação das camadas populares, logrando alçar três de seus líderes à condição de governador de província: Clemente Malcher, Francisco Vinagre e Eduardo Angelim, embora por vezes estes governassem em disputa com representantes do governo imperial. Especialmente nos primeiros dezoito meses, a província esteve fora do domínio do Rio de Janeiro. Ao longo de cinco anos, os combates, as doenças e, depois, a repressão indiscriminada dizimariam entre 30 e 60 mil pessoas desse país pacífico e cordial.

A GUERRA MEDONHA

Qualquer lugar-comum empalidece diante do que foi a Cabanagem: um banho de sangue; a floresta em chamas; o rio agora vermelho; fogo em relva ressequida etc. As palavras sempre perdem – de sete a um em qualquer jogo de pelada – para a realidade das coisas.

Como o livro não é sobre a revolta, melhor que se atenha àquilo que diz respeito ao tema diretamente, em especial, à repressão realizada pelo Estado. Mas duas observações importantes relativas a alguns mitos e preconceitos que os brasileiros (especialmente do Sudeste) perpetuam fazem-se necessárias: a província do Grão-Pará localizava-se a um mundo de distância do centro de poder do Império do Brasil, a corte no Rio de Janeiro. Isso não quer

dizer, absolutamente, que era uma região à mercê de ignorantes que nunca tinham, por exemplo, ouvido falar da Revolução Francesa ou da independência dos Estados Unidos. Pensar que não tinham nenhum conhecimento ou interesse em discussões políticas e conceituais amplas indica preguiça mental e preconceito.¹³ Se é um equívoco pensar no movimento como uma rebelião estritamente localizada e com poucas influências externas, é um erro semelhante pensar que sua abrangência foi igualmente limitada.¹⁴ Além disso, o fato de ter se desenrolado como uma revolta eminentemente campesina não significa que os revoltosos não tivessem – inclusive ao longo dos anos de luta e mesmo desde os anos de inquietação que a antecederam – desenvolvido noções próprias e consistentes de como os negócios públicos deveriam se dar, fazendo uso de conceitos como cidadania e liberdade.

A segunda observação que se faz necessária é o fato de se estimar que entre um quarto e um terço da população local, em sua maioria *índios*, negros e *mestiços*, tenha morrido ao longo dos cinco anos em que a rebelião se sustentou. No entanto, a elite local também foi ceifada, e os rebeldes não pouparam a vida daqueles que consideravam seus opressores. O próprio Clemente Malcher (um fazendeiro liberal, brasileiro – ou, na cor local, *filantrópico*) acabou assassinado muito pouco tempo depois de assumir o governo da província. É preciso deixar claro que a guerra não poupou ninguém e que os rebeldes eram implacáveis com seus inimigos. Belém viveu meses de terror,

13 “A Cabanagem é a soma do reflexo da ação desempenhada por ideias liberais, republicanas e libertárias. A Revolução Francesa, a Revolução Americana e a Revolução da Guiana Francesa, principalmente, exerceram papel importante na propagação de ideias políticas entre diferentes camadas da sociedade do Grão-Pará. Instalaram-se em Pernambuco e Pará os liberais mais radicais. Utilizavam a imprensa como um dos principais instrumentos de difusão dos acontecimentos políticos e de formação de opinião entre a população. Críticas e questionamentos sobre o *status quo* da província eram os mais frequentes assuntos dos jornais. Entre os analfabetos, a grande maioria, as notícias eram transmitidas oralmente. No interior havia um informante, ligado às lideranças da capital, que repassava à população local as decisões tomadas pelas autoridades e a ocorrência de movimentos contestatórios” (*Ibidem*).

14 “Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central e ainda se aproximou do litoral norte e nordeste. Gerou distúrbios internacionais na América caribenha, intensificando um importante tráfico de ideias e de pessoas” (RICCI, 2007, p. 5-30).

levado também para o interior da província onde conflitos entre rebeldes e soldados se confundiam com vendetas pessoais ou banditismo oportunista.

Mas é mais importante ainda deixar muitíssimo claro que nada disso justifica a repressão que se seguiu, fazendo uso do genocídio como política de Estado. Sempre que neste país se discutem políticas de reparação a crimes cometidos pelo Estado, os engraçadinhos da direita levantam a voz: *mas eram bandidos, estávamos em guerra, blá-blá-blá, mimimi*. Há uma diferença crucial e nada complexa entre combate legítimo e práticas ilegais perpetradas pelo Estado, que, em tese, existe para defender seus cidadãos e se fazer cumprir as leis existentes.

Nada justifica o extermínio.

Nada justifica a tortura.

Nada justifica excluir da humanidade, e nem mesmo da nação, um grupo específico de indivíduos que assim, despojados das proteções mais básicas, se tornam alvos fáceis para qualquer tipo de ação por parte de agentes do Estado e seus aliados. As ações mais cruéis; as mais vis.

Nada.

Seis meses depois da morte de Lobo de Sousa, o Parlamento discutiu e aprovou (não sem grandes dúvidas e oposição) a supressão de partes da Constituição para permitir um combate mais eficaz aos revoltosos do Grão-Pará. A Lei nº 26, de 22 de setembro de 1835, “suspendia os §§ 6º, 7º, 8º, 9º e 10º do art. 179 da Constituição na província do Pará pelo período de seis meses – porém foi prorrogada e esteve em funcionamento por quase três anos”,¹⁵ vigorando também em outras regiões revoltosas. Assim, a prisão sem flagrante e sem fiança e a busca sem mandados passaram a ser permitidas, e o direito de reunião, cerceado.

Não seria a primeira e, muito menos, a última vez que o Estado brasileiro agiria contra suas próprias leis fundamentais para reprimir um grupo específico de pessoas que integravam a nação, pois uma lei que viola a Constituição não deveria ser considerada uma lei. Pode isso? A Constituição é a Carta Magna de um país; se não podemos confiar no que está escrito em suas páginas, qual é o seu valor?¹⁶ Qual é o valor de um jogo se suas regras mudam no meio da

15 PEREIRA, T. de J. C. *A suspensão Constitucional no Pará com a lei nº 26 de 22 de setembro de 1835 e as medidas para a repressão aos cabanos (1835-1840)*.

16 As Constituições não devem ser imutáveis. Mas suas alterações jamais poderiam ocorrer em função de contingências políticas e necessidades mesquinhas de uma minoria economicamente dominante.

partida? No fundo, mesmo em períodos democráticos, nosso país se viu, na maior parte da sua história, sob um regime de exceção, já que, mesmo nesses períodos, nossas leis só valiam até certo ponto, sob determinadas condições, para algumas pessoas. Nossa democracia permanece há duzentos anos refém de um grande *até que* e de um taxativo *apenas se*.

Foram as forças legalistas que deliberadamente deram nome aos bois que acreditavam enfrentar ao declarar que o movimento dos cabanos era uma guerra movida pelas *classes infames* contra os brancos. Segundo Silva de Melo,

os conflitos armados liderados pelo [líder rebelde] Vinagre passaram a ser definidos pelas forças legalistas como uma guerra fundada no ódio racial dos homens de cor contra os brancos. Tal definição causava o alarde de que não existiriam mais possibilidades de negociação ou anistia entre os partidários do novo governo paraense.¹⁷

Vale tudo – desde então e até hoje – para desqualificar e desumanizar o inimigo (interno) do Estado (para poucos) e transformá-lo em um vil merecedor de todas as dores e castigos que pudessem ser aplicados.

Em dezembro de 1835, o então regente-padre Diogo Feijó desrespeitou novamente a Constituição e enviou missivas aos monarcas da França e da Inglaterra, solicitando ajuda no combate à Cabanagem. Essa atitude, de certa forma desesperada, mostra a ameaça representada pelo levante dos cabanos.

A ajuda foi negada.

O marechal Soares d'Andrea chegou ao Grão-Pará para governar a província em abril de 1836, e o trabalho dele começou a se concentrar no interior, na floresta. O movimento cabano já perdera unidade e sua presença na região de Belém era frágil.

O militar tinha noções muito estranhas acerca das raças e etnias: morria de medo de negros, *índios* e mestiços – como toda a elite brasileira, que se achava muito branca. Considerava as “gentes de cor” uma ameaça a essa elite que vivia aterrorizada, coitada:

17 MELO, W. R. S. de. *Tempos de revoltas no Brasil oitocentista: ressignificação da cabanagem no baixo Tapajós (1831-1840)*.

Ou esses Códigos Criminal e do Processo hão de illiminar-se [eliminar-se] e ser substituídos por Leis úteis, e em que todo vejamos garantidas as nossas honras, nossas vidas, e nossos bens; ou esta Província há de pertencer a Tapuios, e o resto do Brazil a negros.¹⁸

Afinal de contas, o Brasil nunca foi de todos e, desde o início, nosso Estado deixou isso bem claro e trabalhou com afinco para que apenas a *gente de bem* pudesse usufruir dessa terra abençoada.

Outra pérola desse marechal do bem: “O estado de guerra tem autorizado até agora atacar o inimigo por todos os modos, até lhe aniquilar a força, e para isto ter efeito foi preciso prescindir das formalidades com que a Ley escuda os criminosos”.¹⁹

Nesse país, as leis são mera formalidade. E, em todo caso, como diria a mencionada *gente de bem*, elas só atrapalham o bom andamento do trabalho dos mantenedores da ordem – a polícia na favela sabe disso muito bem. Afinal, bandido bom é bandido morto, e *esse pessoal do direitos humanos [sic]* só serve pra defender bandido.

Soares d’Andrea obteve grande sucesso na repressão por conhecer muito bem a província, sua geografia e sociedade e, por ter sido inimigo pessoal e político do padre Batista Campos,²⁰ o marechal português dedicou-se com especial afinco à tarefa de *pacificar* o Grão-Pará, contando com a inestimável ajuda de mais um (!!!!) *pirata* (meio) inglês a tiracolo, Fred Mariath.²¹

Como já foi escrito, muitas pessoas morreram. Muitas. A maioria delas, ou dos cabanos (rebeldes ou não), sem processo ou culpa formada; assim

18 Arquivo Público do estado do Pará, Códice 1039.

19 SOARES D’ANDRÉA. Discurso com que o Presidente da Província do Pará, Francisco Joze de Souza Soares d’Andréa, fez a Abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial no dia 02 de março de 1838.

20 “O fato de d’Andréa ter passado pelo Pará em 1831, ter sido inimigo assumido de Batista Campos e conhecer os grupos e aspirações políticas daquela província, assim como compreender a geografia e hidrografia paraense, foi fator determinante para o Regente Diogo Feijó, designá-lo para assumir a província do Grão-Pará, reprimir os revoltosos e restabelecer a autoridade regencial naquela província” (MELO, *op. cit.*).

21 Para d’Andréa, tais homens não poderiam ser devidamente processados, não por serem inocentes, “mas unicamente pela sua insignificância, pelo relativo desconhecimento e fragilidade diante de uma alta classe social”. Esses homens, considerados perigosos por d’Andréa, mereciam, segundo ele, ser utilizados em trabalhos forçados em qualquer parte da corte. *Ibidem*.

como em muitas ocasiões futuras, o que o Estado Nacional punia não era o ato, mas o indivíduo, o grupo:

Tal estratégia de abolição da Carta de 1824 na Amazônia brasileira se sedimentou aos poucos e apenas se concluiu com a nomeação de Soares d'Andrea à presidência e comando das armas da província do Grão-Pará, que, aos poucos, passou a receber da corte plenos poderes, atuando na província efetivamente como um déspota declarado. No período declarado de exceção, as autoridades legalistas foram autorizadas a exterminar ou prender qualquer um que considerasse suspeito, sob a alegação de crime geral de rebelião, que aos poucos, passou a se caracterizar como o crime geral de cabano.²²

Até 1840, quando a anistia foi finalmente publicada (depois de dezenas de milhares de cabanos terem sido mortos), o extermínio generalizado de indivíduos contou com permissão e aclamação oficiais. Com consentimento para aplicar a pena capital sem obrigações para com o Império ou com processos judiciais, o marechal português deixou a perseguição e o assassinato de gente pobre, analfabeta, *mestiça* (para ele, vadios, bárbaros, malvados) correrem soltos, já que o próprio Estado queria mesmo se livrar do que considerava a baixa laia que não servia para nada e só atrapalhava o bom andamento dos negócios públicos.

DEPOIS DE TUDO ISSO

*Depois de cinco anos de luta, os cabanos criaram ódio aos brancos e às autoridades impostas, aprendendo a amar a aclamação popular e a revolução infinita.*²³

22 LIMA, L. M. de *Rios vermelhos: perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de “cabano” na Amazônia em meados de 1835.*

23 RICCI, M., *op. cit.*

Os mestiços, negros, *índios* e uma parte da elite amazônica rebelaram-se em 1835 para reivindicar o direito à terra, ao comércio, à prosperidade, à cidadania e à participação política no projeto do Estado-Nação que estava sendo gestado na época sob o domínio das elites do Sudeste. Foram perseguidos e assassinados em seu caminho de fuga pela floresta, capturados para o trabalho forçado, exilados para outras províncias, mas muitos deles conseguiram permanecer vivos e espalhar suas histórias e suas ideias, criando comunidades mistas de negros, *índios* e mestiços ou aderindo a elas. Fora da região amazônica, esse episódio crucial para a consolidação do Estado brasileiro permaneceu nas sombras, assim como, de certa forma, a própria região e seu povo. Área de baixa densidade demográfica, tendia a ser considerada pelo restante do país como uma região homogênea, dominada por *índios*, com um povo quase invisível, um território a ser integrado, dominado e civilizado por meio de projetos externos que buscam explorar suas riquezas – quase uma nova colônia do Estado Brasileiro.

Os cabanos eram brasileiros? O que eles tinham em comum com seus pares no extremo Sul, que naquela mesma década também pegaram em armas para defender interesses que consideravam descartados pelo poder central do nascente império?

O traço mais marcante de identificação entre cabanos e farroupilhas foi possivelmente essa resistência diante de um projeto nacional que não os contemplava. Se a identidade nacional é uma construção contínua, até a quarta década do século XIX o Brasil encontrava-se em um limbo em que o Estado havia sido criado, mas a nação ainda patinava em busca de si. E no chamado período regencial, em que ocorreram a Cabanagem e a Farroupilha (para citar apenas duas das grandes revoltas contra o poder central estabelecido na corte no Rio de Janeiro e exercido por regentes imperiais), essa inconsistência se tornava perigosa, pois constituía um obstáculo concreto à manutenção do poder e ao exercício de se governar um país gigante, formado por realidades muito distintas do ponto de vista político, econômico, cultural, e muito mal costuradas por um mesmo idioma, uma antiga metrópole em comum e elites locais interessadas na manutenção do seu status.

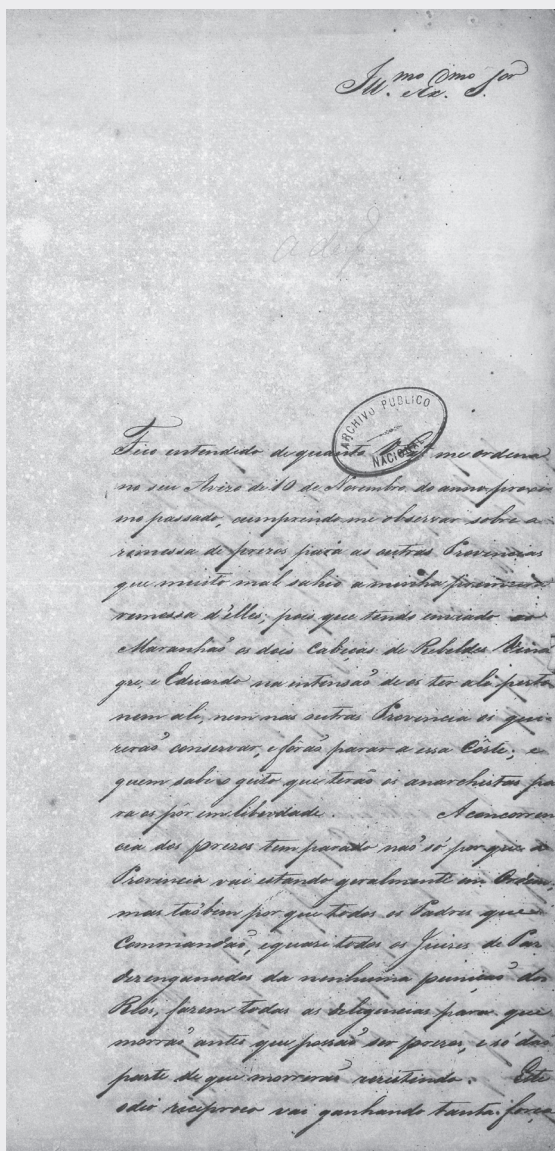
Embora, em parte, a desmedida repressão ao movimento cabano e o morticínio generalizado possam ser imputados a um momento histórico específico de consolidação de um Estado Nacional, a atuação das forças legalistas e o discurso de políticos-chave no desenrolar dos eventos – ambos operando no

sentido de agir à margem das leis para melhor reprimir – ecoaram ao longo dos quase duzentos anos seguintes. Da mesma forma, a ideia de que a nação brasileira é formada por um grupo muito específico de pessoas (cuja qualificação varia ao longo do tempo: cor, origem, comportamento) que devem ser protegidas de um rebotalho que por acaso nasceu aqui também perdurou e marcou nossa história.

D. Pedro fracassou na sua tentativa de estabelecer um Estado Nacional que de fato apaziguasse minimamente os cinco cantos desse país. Centralizador até o fim, não conseguiu acompanhar o andar da carruagem, não entendeu que sentimento nacional – imprescindível para a consolidação do Estado – não era a mesma coisa que sentimento dinástico.

Sua saída do Brasil não trouxe um senso de partilha do passado e do futuro para os brasileiros, mas abriu as portas para que isso pudesse ocorrer – embora até hoje nos perguntemos até que ponto ocorreu. No entanto, para atravessá-las, foram necessários baldes de sangue derramado, não apenas por aqueles que se levantaram contra as elites do Sudeste do país que buscavam priorizar seus próprios interesses, mas também – e, talvez, principalmente – por aqueles que acreditavam que uma nação se faz com cidadãos, e cidadãos são aqueles que trabalham para que o futuro compartilhado por todos seja decidido por todos. A experiência da Cabanagem, como de muitas outras revoltas, mesmo que inadvertidamente, foi fundamental para a construção do Brasil – da nação, do Estado, da identidade; aprendizado político dos mais radicais, faz-nos pensar, ainda hoje, no quanto nossas elites e nossos homens de governo se sentem no direito de nos dizer quem são os brasileiros.

Vejam a seguir os documentos citados neste capítulo.



Reprodução/Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ

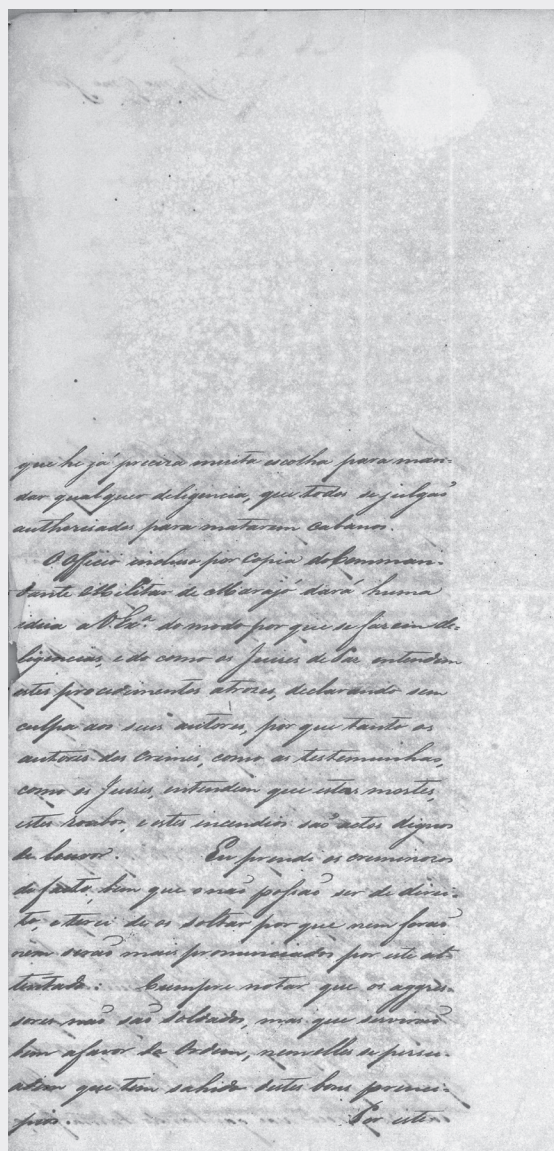
Transcrição de alguns trechos do documento:

"[...] A concorrência dos presos tem parado não só porque a Província vai estando geralmente em Ordem, mas porque todos os padres que comandam e quase todos os juizes de paz, desenganados de nenhuma punição dos réus, fazem todas as diligências para que morram antes que possam ser presos, e só dão parte de que morreram resistindo. Este ódio recíproco vai ganhando tanta força."

Relato do marechal Soares d'Andrea, Presidente e Comandante das Armas da Província do Grão-Pará (o destinatário não é conhecido), em que ele descreve o massacre dos rebeldes cabanos. Belém, 2 de junho de 1837.

Transcrição de alguns trechos do documento:

“Que já é preciso muita escolha para mandar qualquer diligência, pois que todos se julgam autorizados para matar cabanos [...] tanto os autores dos crimes quanto as testemunhas, e os juizes entendem que estas mortes, estes roubos e estes incêndios são atos dignos de louvor [...]”



Reprodução/Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ

Relato do marechal Soares d'Andrea, Presidente e Comandante das Armas da Província do Grão-Pará (o destinatário não é conhecido), em que ele descreve o massacre dos rebeldes cabanos. Belém, 2 de junho de 1837.

22º

Cabo de Esquadra do Corpo de Cavalaria
na Capitania, natural da Ilha
de Marajó, Solteiro, de idade de vinte
e quatro annos, testemunha jurada
daos Santos Evangelhos em que
pôz amor, Fidé, e prometteu di-
vervidade. Perguntado pelo au-
tor do interrogatório, que teve lugar a bordo
do Navio São José Diligente no dia
vinte de outubro do anno passado,
disse, que estando preso a bordo do re-
ferido Navio no dia indicado, viu,
que logo depois das oito horas da
noite tendo acabado de ceiar os pre-
sos, que ali se achavam, que chega-
ram a duzentos e cinquenta e tantos,
principiaram todos a pedir água, e
a proporção que iam bebendo, e uti-
lizando-se iam successivamente com
muitas âncias gritando por mais
água, e caindo no chão até que morri-
am, sommando a fôrta das mortas
em duzentas e cinquenta e duas
pessoas, como se observou na manhã do dia
seguinte em que foi aberta a escotilha
do referido Navio; e então observou
ella testemunha, que os corpos das
depois mortas estavam todos negros

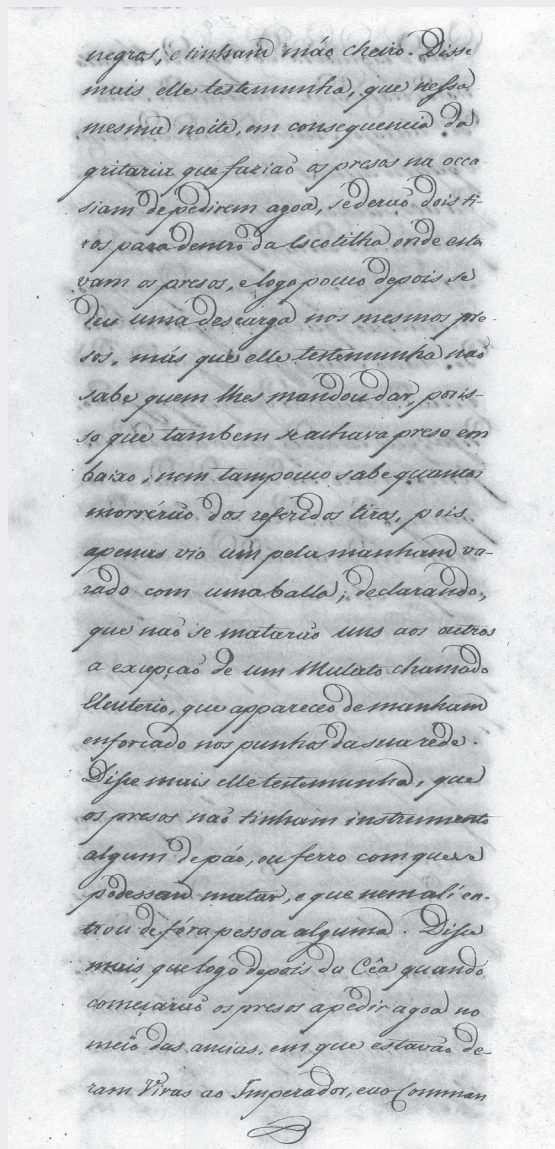
Reprodução/Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ

Transcrição de alguns trechos do documento:
“Cabo de esquadra do corpo de cavalaria desta cidade, natural da ilha de Marajó, solteiro, de idade de vinte e quatro anos, testemunha jurada [...] perguntado pelo acontecimento que teve lugar a bordo do navio São José Diligente no dia vinte de outubro do ano passado disse que estava preso a bordo do referido navio no dia indicado, viu que logo depois das oito horas da noite, tendo acabado de ceiar os presos que ali se achavam, que chegavam a duzentos e cinquenta e tantos, principiaram todos a pedir água, e à proporção que iam bebendo iam sucessivamente com muitas ânsias gritando por mais água, e caindo no chão até que morriam somando os mortos em duzentas e cinquenta e duas pessoas como se observou na manhã do dia seguinte em que foi aberta a escotilha do referido navio, e então observou ela testemunha que os corpos das pessoas mortas estavam todos negros.”

Investigação que apurou os acontecimentos ocorridos a bordo do navio São José Diligente, em 20 de outubro de 1823. Acará, 11 de agosto de 1824.

Transcrição de alguns trechos do documento:

“[...] E tinham mau cheiro. Disse mais essa testemunha, que nessa mesma noite em consequência da gritaria que faziam os presos na ocasião de pedirem água se deram dois tiros para dentro da escotilha, onde estavam os presos, e pouco depois se deu uma descarga nos mesmos presos, mas que elle testemunha não sabe quem lhes mandou dar, pois se que também se achava preso em baixo, nem tampouco sabe quantos morreram dos referidos tiros, pois apenas viu um pela manhã varado com uma bala, declarando que não se mataram uns aos outros à exceção de um mulato chamado Eleutério que appareceu de manhã enforcado nos punhos da sua rede. Disse mais elle testemunha, que os presos não tinham instrumento algum de pás ou ferro com que pudessem matar, e que nem ali entrou de fora pessoa alguma [...]”



negros, e tinham má cheiro. Disse mais elle testemunha, que nessa mesma noite, em consequência da gritaria que faziam os presos na occasião de pedirem água, se deram dois tiros para dentro da escotilha onde estavam os presos, e logo pouco depois se deu uma descarga nos mesmos presos, mas que elle testemunha não sabe quem lhes mandou dar, pois se que também se achava preso em baixo, nem tampouco sabe quantos morreram dos referidos tiros, pois apenas viu um pela manhã varado com uma bala, declarando, que não se mataram uns aos outros a excepção de um mulato chamado Eleutério, que appareceu de manhã enforcado nos punhos da sua rede. Disse mais elle testemunha, que os presos não tinham instrumento algum de pás, ou ferro com que pudessem matar, e que nem ali entrou de fora pessoa alguma. Disse mais que logo depois do Cea quando começaram os presos a pedir água no meio das amebas, em que estavam deram tiros ao Imperador, e os formam

Reprodução/Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ

Cópia da devassa que apurou os acontecimentos ocorridos a bordo do navio São José Diligente, em 20 de outubro de 1823. Acará, 11 de agosto de 1824.